



MENTES QUE RESISTEM E CORPOS QUE PADECEM: MEMÓRIAS DAS “PUTAS COMUNISTAS” NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

MENTES QUE RESISTEN Y CUERPOS QUE SUFREN: MEMORIAS DE LAS “PUTAS COMUNISTAS” EN LA LITERATURA BRASILEÑA CONTEMPORÂNEA

Mariana Link Martins*
Claudia Lorena Fonseca**

- * marianalinkk@gmail.com
Mestranda em Literatura – linha de Literatura, Cultura e Tradução, no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Bolsista CAPES.
- * claudia.lorena@ufpel.edu.br
Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Pós-doutorado na Universidad Nacional de Cuyo-UNCuyo-Mendoza, Argentina. Professora Associada na Universidade Federal de Pelotas-UFPel, Programa de Pós-graduação em Letras.

RESUMO: Partindo do pressuposto de que a literatura é uma das mais significativas estratégias de revisitação do passado, bem como de conservação de suas memórias, este artigo analisa o romance *O corpo interminável* (2019), da escritora brasileira Claudia Lage, como uma potente manifestação que resgata e visibiliza as histórias de mulheres militantes políticas que integraram a oposição à ditadura civil-militar de 1964, as chamadas “putas comunistas” pela repressão (COLLING, 2005). Tendo em vista que a história do regime ditatorial foi escrita majoritariamente por homens e também protagonizada por homens, apesar da comprovada efetiva participação de mulheres, o objetivo deste estudo é contribuir com a desconstrução do monólogo masculino que fundamenta a historiografia do período. Para tanto, analisa-se a narrativa de Claudia Lage em alinhamento com a história de mulheres reais que ousaram rebelar-se contra o sistema autoritário e misógino da ditadura militar, buscando refletir também sobre a repressão específica que elas sofreram, principalmente a violência praticada em seus corpos e os efeitos traumáticos que desencadearam em suas mentes.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres militantes; ditadura militar; memória; literatura.

RESUMEN: Partiendo del supuesto de que la literatura es una de las estrategias más significativas para visitar el pasado, así como para preservar sus memorias, este artículo analiza la novela *O corpo interminável* (2019), de la escritora brasileña Claudia Lage, como una poderosa manifestación que rescata y visibiliza las historias de mujeres militantes políticas que formaron parte de la oposición a la dictadura civil-militar de 1964, las llamadas “putas comunistas” por la represión (COLLING, 2005). Teniendo en cuenta que la historia del régimen dictatorial fue escrita majoritariamente por hombres y también dirigida por hombres, a pesar de la probada participación efectiva de las mujeres, el objetivo de este estudio es contribuir a la desconstrucción del monólogo masculino que fundamenta la historiografía del periodo. Para tanto, se analiza la narrativa de Claudia Lage en consonancia con la historia de mujeres reales que se atrevieron a rebelarse contra el sistema autoritario y misógino de la dictadura militar, buscando reflexionar también sobre la represión específica que sufrieron, especialmente la violencia ejercida sobre sus cuerpos y los efectos traumáticos que desencadenaron en sus mentes.

PALABRAS CLAVE: mujeres militantes; dictadura militar; memorias; literatura.

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.
[...]
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças¹.
(Conceição Evaristo)*

A ditadura civil-militar (1964–1985) é um capítulo da história do Brasil que sofreu um complexo processo de apagamento e invisibilidade, culminando, assim, em um imaginário negacionista que atravessa um povo fundamentado pela ordem do esquecimento. Desde o fim do regime militar até atualmente, formaram-se inúmeras frentes de resistência ao resgate das memórias deste período e, apesar do esforço de muitos ao longo de trinta e seis anos, como a instituição da Comissão Nacional da Verdade por Dilma Rousseff e da elaboração de projetos como o *Brasil: Nunca mais*, desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns, o país ainda sofre de uma amnésia proclamada, acentuada principalmente nos últimos anos devido à crescente onda conservadora e autoritária arquitetada pelo atual governo

federal, o qual fere os direitos humanos e trabalha contra a liberdade de expressão.

Em *Lembrar escrever esquecer* (2006), Jeanne Marie Gagnebin observa, ao refletir sobre alguns pensamentos de Walter Benjamin e Theodor W. Adorno, que é necessária a criação de estratégias de preservação da história e de mecanismos de lembranças. Contudo, o objetivo de elaborar sobre o passado não é cultuá-lo e sim produzir um esclarecimento acerca de suas circunstâncias, possibilitando, assim, olhar para o presente com lentes retroativas que também permitam esclarecê-lo. No caso de eventos traumáticos e cruéis – tal como as ditaduras militares latino-americanas – rememorar é um ato político, afirma Gagnebin, uma vez que “lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente)” (GAGNEBIN, 2006, p. 47).

A literatura é uma das mais significativas estratégias de revisitação ao passado, bem como da conservação de suas memórias. Conforme Renato Franco (2003), a arte, e logo a literatura, em tempos catastróficos ou pós-catastróficos tem o dever ético de expressar uma radical indignação frente ao horror, além de produzir manifestações com o propósito de combater o esquecimento e também

1. Trecho do poema “A noite não adormece nos olhos das mulheres”, publicado originalmente no volume 19 do periódico anual *Cadernos Negros*, em 1990.

o recalque, desempenhando, desta forma, um exercício de esclarecimento, tal como propôs Gagnebin (2006). Grande parte da produção literária brasileira com a temática da ditadura militar deriva destes pressupostos, construindo obras, sejam de ficção ou de teor testemunhal, que narram uma época truculenta e sombria a partir de uma perspectiva dialética, que “relembra no presente, atualiza esse passado, fazendo ecoar seu grito no aqui e agora: modo, portanto, da literatura opor-se tanto ao esquecimento – sempre socialmente provocado – quanto à ‘história oficial’” (FRANCO, 2003, p. 358).

Tendo em vista que muitos brasileiros ainda negam a monstruosidade do regime militar e que outros o lembram com saudosismo, escritoras e escritores brasileiros da contemporaneidade visitam as ruínas do período de modo a esclarecê-lo e denunciar sua perversidade. Nos últimos dez anos foram publicados inúmeros livros que retratam os crimes e a violência da ditadura militar, exibindo em suas páginas a dor, o sofrimento e a desgraça de muitas vítimas diretas e indiretas da tirania dos anos de chumbo. É fundamental destacar que grande parte das obras publicadas são escritas por mulheres, como Adriana Lisboa, Anita Deak, Beatriz Leal, Claudia Lage, Ivone Benedetti, Liniane Haag Brum, Maria José Silveira, Maria Valéria Rezende, Sonia Regina Bischain e Sheyla

Smanioto², para citar algumas. Esta intensa proliferação de publicações femininas pode ser interpretada como uma resposta aos discursos majoritariamente masculinos que escreveram a história oficial da ditadura militar brasileira, possibilitando, assim, reescrevê-la a partir de narrativas que colocam as mulheres enquanto agentes políticas e sociais.

Claudia Lage em seu livro *O corpo interminável*, lançado em 2019, constrói uma ficção atrelada aos fatos históricos para tirar da clandestinidade o protagonismo das mulheres que resistiram ao regime militar e contribuíram com a luta pela democracia. A autora assume a tarefa literária que Franco (2003) destacou como fundamental: nega o esquecimento e contesta a história oficial, dado que, além de dar visibilidade para as experiências das mulheres que viveram na ditadura, ainda contempla as consequências da ausência das memórias. Com uma narrativa polifônica, não linear e fragmentada, a obra de Lage é sobre feridas abertas de uma época que ainda não é passado³, apesar de o tempo cronológico indicar que passaram mais de três décadas desde o seu fim, pois é recente para quem sente suas dores.

A escritora, também dramaturga e professora, nasceu em 1970 e era criança durante o regime militar. Em

2. Referimo-nos aqui, respectivamente, às obras: *Azul Corvo* (2010), *No fundo do oceano, os animais invisíveis* (2020), *Mulheres que mordem* (2015), *O corpo interminável* (2019), *Cabo de guerra* (2016), *Antes do passado: o silêncio do Araguaia* (2012), *Felizes poucos* (2016), *Outros Cantos* (2016), *Nem tudo é silêncio* (2010) e *Meu corpo ainda quente* (2020).

3. É como Regina Dalcastagnè caracteriza a obra de Claudia Lage na orelha de *O corpo interminável*: “Este é um livro que ousa tocar, delicadamente, em suas feridas e nos faz ver a ferocidade de um tempo que não se tornou passado [...]” (DALCASTAGNÉ, 2019 apud LAGE, 2019, n.p).

entrevista à Valentine Herold para a *Revista Continente*, em abril de 2021, Lage afirma, entretanto, que cresceu em meio a um silêncio sobre o contexto sócio-político de sua infância e que apenas se lembra da palavra “terrorista”, apesar de não recordar por quem foi dita ou em que circunstância. Dessa forma, a sua obra possibilita ressignificar suas memórias e assim materializar quem eram, de fato, os terroristas dos quais ela ouviu falar nos anos setenta. Para Lage (2021, n.p), “nesse sentido, a literatura surge como uma possibilidade de reescrita, de ressignificação. Reescrita e releitura, como uma possibilidade de reconstituição das nossas memórias”. Conforme Rosani K. Umbach (2012, p. 2019), ainda, também é possível gerar identidades memorialísticas a partir da ficção:

[...] em termos de teoria da literatura e no âmbito do gênero memorialístico, considera-se a memória também como ficção, podendo ser simulada, encenada, representada, sem que ocorra uma autêntica rememoração por parte do sujeito que narra.

No livro encontram-se histórias de muitas mulheres guerrilheiras e revolucionárias que ousaram ser subversivas e pagaram um alto preço por isso: tiveram seus corpos torturados e violentados sexualmente, perderam seus filhos, desapareceram e morreram. Porém, também há histórias de pessoas que herdaram o sofrimento dessas

mulheres, como é o caso do personagem Daniel, filho de uma desaparecida política, que procura ao longo de sua vida saber o que aconteceu com sua mãe. Cruzada a essas, situa-se a vivência de Melina, personagem que busca recuperar memórias, “ver aquilo que seus pais não viram, abrir os olhos para o que eles fecharam” (LAGE, 2019, p. 23), pois acreditou crescer em uma família que vivia alheia aos horrores que aconteciam nos porões da ditadura. As figuras femininas que vivem no período ditatorial não são nomeadas, exceto a mãe de Daniel, que tem seu nome revelado nas últimas páginas do romance, o que permite relacioná-las a muitas mulheres reais que tiveram suas vidas marcadas e alteradas pela mão violenta do governo autoritário.

Diante dos pontos apresentados, o objetivo deste artigo, portanto, é contribuir com a desconstrução do monólogo masculino que fundamenta a historiografia da ditadura militar, a partir da análise do livro *O corpo interminável* (2019), de Claudia Lage. Tal análise será produzida em alinhamento com a história de mulheres reais que ousaram rebelar-se contra o sistema autoritário e misógino do regime ditatorial, para assim produzir uma ressignificação da interpretação tradicional da história do período, o que segundo Ana Maria Colling (2005, p. 100) é possível:

O caráter de construção da história nos permite desconstruir e reinventar a história, inclusive o papel dos homens e das mulheres na sociedade. Assim a história passa a ser vista como um campo de possibilidades para vários sujeitos historicamente constituídos; lugar de lutas e de resistências.

É, justamente, uma ressignificação da história o que promove a obra de Lage, a partir do aproveitamento da verdade factual e da reinvenção, a qual reconstrói um dos períodos mais dolorosos da história do Brasil, aquele que compreende os anos de vigência da ditadura militar, instaurada sob o pretexto de conter a suposta ameaça comunista que poderia acabar com a democracia do país. A partir de discursos autoritários e conservadores, o regime ditatorial orquestrou uma violenta repressão aos que discordavam e resistiam à sua ideologia, controlando e enquadrando os corpos dos opositores não apenas por sua subversão política, mas também por insubmissão aos padrões morais estabelecidos, o que era visto como ameaça à “família tradicional brasileira”. As mulheres foram as que mais sentiram os efeitos do disciplinamento brutal desse sistema opressor estabelecido pelo golpe de 1964, porque eram duplamente subversivas:

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se

insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais estabelecidos para os dois sexos. Que mulher é esta, invasora de um campo que não é seu? [...] a maneira mais simplista de conceituar esta mulher é desmerecê-la, unindo dois conceitos que são socialmente desabonatórios: comunista e prostituta. A repressão caracteriza a mulher militante como PUTA COMUNISTA. Ambas as categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico (COLLING, 2005, pp. 96-97).

Às mulheres sempre foi negado o direito de atuar no espaço público. Seu lugar de pertencimento é o ambiente privado, onde são esposas, mães, cuidadoras, ou seja, onde produzem um trabalho reprodutivo. Percebe-se, então, que o motivo pelo qual as mulheres não podem pertencer ao espaço público não se origina em suas capacidades ou habilidades, e sim porque o trabalho que (re) produzem no privado, isto é, no doméstico, é necessário para a manutenção do capitalismo. Tanto que, segundo a filósofa Silvia Federici (2021), é a ordem socioeconômica capitalista que concebe o trabalho doméstico como tarefa exclusivamente feminina. Pensar sobre essas noções é imprescindível para compreender como e porque se instituiu a desvalorização social das mulheres e de que forma as

relações de poder opressoras funcionam como motores dos sistemas capitalistas e patriarcais.

Para agir politicamente e participar dos processos socioculturais, as mulheres transgrediram a norma, cortando as amarras que as mantinham encarceradas no ambiente privado. Tal transgressão não se deu sem condenações, como bem pontuou Colling (2005), e mesmo assim as mulheres continuaram, em um paulatino curso, avançando para um espaço que repetidamente as renegou⁴. No caso específico da ditadura militar, as militantes políticas “subverteram a ordem patriarcal tão solidamente acomodada na ideologia ditatorial” (TELES, 2015, p. 1010). Porém, além de enfrentar a opressão misógina dos militares e toda sua corja, também tiveram que travar uma batalha para participar efetivamente dos movimentos de resistência das esquerdas, os quais também eram atravessados por discursos machistas e de virilidade.

Ana Maria Colling (2005, p. 96) destaca que para a esquerda tradicional as diversidades dividem e enfraquecem a luta central e que, em épocas de autoritarismo, só existem duas identidades: o apoiador ou o opositor. Esses discursos, sinaliza a autora (2005, p. 96), “anulam as diferenças e constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em

categorias que a desqualificam. Nesta medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito político”. Apesar disso, a participação feminina na luta contra a ditadura foi ampla.

Conforme Maria Amélia de Almeida Teles (2015, p. 1008) observa a partir de dados levantados pelo *Projeto Brasil: nunca mais*, dos 7.367 opositores processados judicialmente, 12% eram mulheres, enquanto dos 70 desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, foram 17%. No livro *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino* (MERLINO, 2010) consta o testemunho de 27 mulheres sobreviventes e a história de outras 45 que foram vítimas fatais do regime ditatorial. Nos arquivos da Comissão da Verdade de São Paulo estão registradas 20 mulheres entre mortas e desaparecidas. Estas informações denotam que inúmeras militantes políticas lutaram pela redemocratização do Estado e que, dessa forma, “passaram a engrossar as diversas trincheiras de lutas, das ações políticas de repúdio à ditadura, seja de luta armada ou não” (TELES, 2015, pp. 1010-1011).

Em *O corpo interminável* são retratadas mulheres que escolheram livremente fazer parte da resistência e não por influência de determinados homens ou por estarem envolvidas com eles, como observou acertadamente Regina

4. É necessário esclarecer que se recusa aqui o estereótipo da mulher guerreira, que apenas por vontade própria e sua força interior consegue desvencilhar-se dos papéis socialmente impostos. Essa noção é equivocada, pois não leva em consideração que as oportunidades não são as mesmas para todas, além de ignorar as dimensões de raça e de classe. Ao tecer a afirmativa exposta, a intenção é contextualizar a opressão sofrida pelas mulheres e dar visibilidade às suas histórias, e não romantizá-las.

Dalcastagnè no prefácio à obra. Inclusive, a narrativa oferece o oposto: a mãe de Daniel, Julia, é a militante política, enquanto seu pai acaba tendo que entrar para a clandestinidade pelo seu envolvimento com ela e, mesmo que nunca tenha participado de nenhum movimento, acaba sendo perseguido. Sua relação é conturbada pelas discrepâncias ideológicas, o que se acentua quando Julia fica grávida. O homem usa a maternidade e o bem-estar da nova família como justificativa para retirá-la da militância, taxando-a de louca, pois pensava apenas “em luta em revolução, no país, no futuro” (LAGE, 2019, p. 68). Todavia, Julia deixa clara a sua posição e não se submete: “só penso no que escolhi pensar, [...] o seu filho vai nascer neste mundo e não em outro, neste aqui, feito da minha revolta e do seu conformismo” (LAGE, 2019, p. 68), “não quero ser a pessoa que contempla, quero ser a pessoa que combate o que vem nos destruir, que quebra, arrebenta” (LAGE, 2019, p. 78).

Nas páginas da obra de Claudia Lage, portanto, encontram-se mulheres revolucionárias e guerrilheiras que sonhavam com democracia e liberdade e foram à luta para buscá-las. No entanto, o livro denuncia que a revolução não tem rosto de mulher⁵, pois todas que buscaram desempenhar tais papéis sofreram com tentativas de apagamento de suas identidades. Se não eram mortas, os

torturadores empenhavam-se em enlouquecê-las: “você vai enlouquecer, eles disseram antes de ir embora” (LAGE, 2019, p. 102). Esta passagem pertence a uma parte na qual uma mulher, possivelmente Julia⁶, relata sobre seus pesadelos, sobre como é difícil distinguir o real dos sonhos.

Um emblemático caso que envolve as mesmas circunstâncias é o de Nilda Carvalho Cunha, presa com apenas 17 anos, em agosto de 1971. Conforme descrito no livro *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino* (MERLINO, 2010), Nilda ficou na prisão por mais de dois meses, onde foi torturada física e psicologicamente, o que a traumatizou profundamente. Logo após sua liberação ela foi internada em uma clínica, devido a sintomas nítidos de estresse pós-traumático: sensação de sufocamento e falta de ar, cegueiras repentinas, perda de equilíbrio, acessos de choro e de riso, entre outros. Na clínica, um major⁷ foi ameaçá-la, afirmando que caso não parasse com tais frescuras, seria levada de volta “para o lugar que ela sabia bem qual era” (MERLINO, 2010, p. 53). Dez dias depois, em 14 de novembro de 1971, Nilda faleceu: “No seu prontuário, constava que não comia, via pessoas dentro do quarto, sempre homens, soldados, e repetia incessantemente que ia morrer, que estava ficando roxa” (MERLINO, 2010, p. 53). Porém, a causa da morte é desconhecida, não há documentação sobre, pois na clínica ocorreu um

5. Afirmação inspirada na obra *A guerra não tem rosto de mulher* (2016) de Svetlana Alexievich.

6. Devido ao teor fragmentado e não-linear da narrativa, bem como à falta de nomes das personagens, não é possível afirmar com certeza de quem se trata. Apenas por algumas pistas é possível tecer relações. Nesse caso, interpreta-se ser Julia, pois a mulher que narra no momento, fala sobre o livro *Alice no País das Maravilhas*, o favorito da mãe de Daniel, conforme ele mesmo relata em diversas ocasiões.

7. Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe em 1971 do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de Salvador. Foi um dos torturadores de Nilda.

incêndio que destruiu muitos documentos. Existe apenas o atestado de óbito que informa sobre um edema cerebral a ser esclarecido. Cerca de um ano depois do falecimento de Nilda, sua mãe, Esmeraldina Carvalho Cunha, que denunciou furiosamente a morte da filha, foi encontrada morta, supostamente por suicídio. As duas mortes são vistas como duvidosas, porém, independente de ambas terem sido mortas pelas mãos dos militares ou não, foi em decorrência do regime militar que elas morreram.

A tortura foi a estratégia mais utilizada pela repressão para conter e controlar os opositores. Seja esta de caráter físico ou psicológico, mulheres e homens foram torturados das mais perversas formas. No entanto, foi nos corpos das mulheres que a tortura atuou de modo mais cruel. Segundo Eleonora Menicucci de Oliveira (1996), o ato de torturar se “expressa em relações de força entre desiguais, seja enquanto relação de poder que se dá nas esferas privadas, seja enquanto relação de poder nas esferas públicas” (OLIVEIRA, 1996, p. 8). E, visto que os corpos das mulheres sempre foram espaços privilegiados para exercer as relações de poder, como destaca Federici (2019), a tortura aplicada nas mulheres sempre se fundamenta na violência de gênero e, dessa forma, habitualmente tem conotação sexual, em razão da objetificação de seus corpos. Os torturadores, conforme relato de diversas torturadas,

usavam suas condições específicas, como a maternidade, a gravidez e a menstruação, para intensificar o medo e a dor. Estes são outros pontos que a obra literária em questão denuncia:

Mandaram ela tirar a roupa, mandaram que dobrasse e colocasse num canto, mandaram que ficasse de quatro, que gemesse como uma puta. Ela era uma puta e devia gemitos como uma puta geme, se mover como uma puta se mexe, levantar a bunda como uma puta levanta. [...] agora sangrava e não a chamavam mais de puta, chamavam de porca, não a deixavam tomar banho, não lhe davam absorvente e a chamavam de porca. [...] De quatro puxaram seus cabelos para trás, bateram na sua bunda, chutaram, depois a viraram, abriram as suas pernas, xoxota feia, fedorenta [...] (LAGE, 2019, p. 171).

O testemunho de Maria Amélia de Almeida Teles, significativa teórica sobre o feminismo brasileiro e as condições das mulheres na luta contra a ditadura, reafirma a passagem anterior:

Eu estava sentada na cadeira de dragão, nua amarrada com fios de metal, levando choque no corpo todo, ânus, vagina. Enquanto isso, o Gaeta, que era um torturador, estava se masturbando e jogando esperma em cima do meu corpo nu... [...] Num outro momento, estava sendo torturada em pé, nua e caí

no chão. Ele (o Gaeta) me pegou e me colocou numa cama de lona que estava na sala de torturas e começou a esfregar meus seios, apertar minha bunda [...] (TELES, 2013, n.p. apud TELES, 2015, p. 1013).

A personagem que sofre a violência sexual, na obra que analisamos, é posteriormente morta a facadas e tem sua morte encenada como suicídio. Dão um tiro em seu corpo já inerte, depois a colocam em uma cama, limpam o sangue da sua pele, passam pó para esconder as marcas de faca e, para finalizar, tiram uma foto. Quando não podiam desaparecer com o corpo, os militares usavam a estratégia de modificar as condições das mortes. Dois casos reais elucidam tais métodos. O primeiro é o de Lara Lavelberg⁸ que, de acordo com a versão oficial, teria cometido suicídio em 20 de agosto de 1971, disparando contra seu coração, quando teve seu apartamento cercado pelos órgãos de segurança, para não ser apanhada viva e posteriormente torturada. Porém, muitos pontos intrigantes permitem questionar a versão oficial. Por exemplo, não há laudo necroscópico de sua morte, nem documentos da perícia feita no local ou fotos da arma utilizada. O banheiro onde teria ocorrido o suicídio foi nitidamente limpo antes de serem tiradas as poucas fotos que compõem o escasso relatório do caso. Todas as provas apontam para encenação.

A segunda história é a de Gastone Lúcia Carvalho Beltrão, também significativa para refletir sobre a parte do livro apresentada anteriormente, devido às semelhanças entre os ferimentos nos corpos, principalmente. Gastone começou sua militância quando ingressou na Universidade Federal de Alagoas, em 1968, e passou a integrar a Juventude Estudantil Católica (JUC). No ano seguinte viajou para a Europa, a fim de realizar um curso de guerrilha urbana. Posteriormente, quando já era militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi para Cuba, onde também obteve treinamento de guerrilha. Retornou ao Brasil cerca de dois anos depois e foi morta em menos de 1 mês. Na versão oficial consta que Gastone morreu no dia 22 de janeiro de 1972, em uma troca de tiros com agentes dos órgãos de segurança⁹.

Contudo, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e a Polícia Técnica de São Paulo investigaram a morte de Gastone e concluíram que não há como ela ter sido morta no tiroteio, visto que seu corpo estava coberto de machucados não provenientes de bala, conforme foto encontrada no laudo. O perito criminal que avaliou as provas, atestou que a militante tinha 34 ferimentos no corpo, sendo um deles na região dos seios que nitidamente foi feito por uma faca ou objeto similar enquanto a vítima estava com os braços levantados.

8. Nilda Carvalho Cunha mencionada anteriormente foi presa na operação que culminou na morte de Lara Lavelberg.

9. As informações sobre Lara Lavelberg e Gastone Lúcia Carvalho Beltrão também foram retiradas do livro *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino* (2010).

Além disso, uma das entradas de bala de fogo foi feita a queima-roupa em sua testa, de cima para baixo. Estas informações atestam que Gastone foi torturada e posteriormente executada. Portanto, mesmo que não tenham encenado suicídio, o contexto de sua morte é o mesmo que o da personagem de Lage.

Gastone foi enterrada, primeiramente, como indigente. Além de todo o sofrimento anterior à sua morte, ainda teve sua identificação negada. Se não fosse pela procura de sua mãe, seria dada como desaparecida política e sua história terminaria assim. Como é o caso da personagem Julia, da qual o filho não sabe praticamente nada. Sua luta, suas vivências, sua subjetividade, esquecidas. Daniel virou órfão graças à ditadura militar, pois além de perder sua mãe, seu pai, que parecia prezar pela maternidade da companheira, acabou por abandonar o filho. Seu avô, pai de Julia, não buscou por ela. É já adulto que Daniel descobre que possivelmente sua mãe teria ido para a “casa da morte”, em Petrópolis (Rio de Janeiro)¹⁰.

A história de Julia é a mesma de muitas desaparecidas políticas. Como a de Heleny Ferreira Telles Guariba, por exemplo. O livro organizado por Tatiana Merlino (2010) relata que Heleny foi militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e que em março de 1970 já fora presa,

torturada e solta em abril de 1971. No período na prisão acabou sendo internada no hospital em decorrência de uma hemorragia, provocada pelos intensos espancamentos. Em 12 de julho de 1971, quando pretendia fugir do país junto de Paulo de Tarso Celestino da Silva, foi presa por agentes do DOI-CODI/RJ. As autoridades negaram a prisão de ambos, indicando que de fato teriam ido para o exterior. Porém, uma testemunha, Inês Etienne Romeu¹¹, que estava encarcerada na casa de Petrópolis, afirma que viu por lá Paulo de Tarso e que com ele foi trazida uma mulher com as mesmas características de Heleny. E, assim como Julia foi tirada de Daniel, Heleny foi roubada de seus filhos, Francisco e João Vicente.

A maternidade foi usada como meio de tortura para enfraquecer psicologicamente as mulheres militantes, testemunha Maria Amélia de Almeida Teles (2015, p. 1017). Possivelmente, enquanto era torturada, Heleny ouviu dos algozes o que seria feito com seus filhos caso ela não fizesse o que estavam mandando. E eles de fato incluíam as crianças no processo de tortura. Eleonora Menicucci de Oliveira conta que enquanto estava sendo torturada, sua filha de apenas 1 ano e 10 meses esteve presente: “Minha filha chorava pedindo meu colo e eu amarrada na cadeira do dragão absolutamente destituída de qualquer ação física sentia a fenda entre o meu corpo e a minha

10. A “casa da morte” como ficou conhecida, foi um espaço clandestino criado pelos órgãos de segurança da ditadura para torturar e matar os seus opositores.

11. Ficou detida por três meses na casa de Petrópolis e foi a única opositora que saiu de lá com vida. Ganhou em 2009 o Prêmio Direitos Humanos do governo brasileiro por ter denunciado todas as atrocidades que aconteciam na “casa da morte” e colaborar com os desfechos de muitos desaparecidos políticos, como o de Heleny Ferreira Telles Guariba.

subjetividade” (OLIVEIRA, 1996, p. 5). Com Maria Amélia ocorreu o mesmo, seus dois filhos a viram logo após ter sido violentamente torturada: “Mas com certeza a pior tortura foi ver meus filhos entrando na sala quando eu estava na cadeira do dragão. Eu estava nua, toda urinada por conta dos choques. Quando me viu, a Janaína perguntou: ‘Mãe, por que você está azul e o pai verde?’” (MERLINO, 2010, p. 162)¹².

Gravidez também nunca foi motivo para impedir a tortura. Pelo contrário, era vista como uma fragilidade a ser explorada. Muitas mulheres abortaram em decorrência dos castigos físicos. Outras acabaram tendo seus filhos na prisão e morrendo. Algumas sobreviveram ao parto cruel. E em *O corpo interminável* há um exemplo para cada uma destas mulheres. A obra de Cláudia Lage tem a maternidade como um dos pontos centrais do seu enredo. Como a escritora declara:

O corpo das mulheres, no livro, está sempre antes, durante ou depois da gravidez, como se a gestação fosse ocupando todos os espaços até chegar no tempo presente e desembocar no corpo da Melina. É uma ideia de continuidade desse corpo feminino dentro de um mesmo processo coletivo. Essas mulheres todas, de certa forma, coexistem na mesma experiência, da

tortura, do exílio, da prisão, da clandestinidade, da gravidez e da maternidade nessas duras condições (LAGE, 2021, n.p).

Portanto, diante dos aspectos apresentados e das observações produzidas, é possível concluir que a ditadura militar foi muito além de conter a “ameaça comunista”. Pelas vias legais impôs uma série de silenciamentos e, em seus porões, escondeu seu caráter assassino, a tortura dos corpos e a humilhação dos que ousaram se revoltar. Se pela via institucional amordaçou vozes, pela via ilegal e criminosa mutilou corpos, especialmente corpos de mulheres que sofreram o trauma da tortura e da violência sexual.

Claudia Lage não vivenciou tais atrocidades, não foi uma vítima direta da perversidade dos anos de chumbo. No entanto, assim como toda a geração posterior à ditadura, ela foi afetada indiretamente e herdou uma dor que não sofreu em sua própria pele. Ao recuperar as memórias de muitas militantes políticas que sofreram as mais diversas violências pelas mãos do regime ditatorial e construir uma narrativa em que as “putas comunistas” aos olhos da repressão passam a ser protagonistas históricas, destacando principalmente suas subjetividades e suas condições específicas, Lage cria um espaço ficcional capaz de preencher literariamente as lacunas dessa história, dando

12. Este questionamento feito por Janaina aparece exatamente igual no livro de Lage: “por que você está azul, a mulher perguntou” (LAGE, 2019, p. 184).

voz às mulheres que a protagonizaram, possibilitando a emergência dos *não ditos*, aquilo que foi calado. Dessa forma, a partir da elaboração ficcional, além de procurar esclarecer o passado, ela trilha um caminho que permite ressignificar as memórias tradicionais.

Nas duas últimas décadas, principalmente, muitas escritoras e escritores fizeram uso dos recursos literários para proceder dessa forma. Segundo Eurídice Figueiredo (2017) - que percebe como um “arquivo sobre a ditadura militar” a literatura que dá destaque ou que se dedica ao tema-, as obras produzidas a partir dos anos 2000 têm um teor retrospectivo e abordam “o passado de pessoas reais ou fictícias, utilizando a forma do romance para transmutar o vivido através de um trato mais literário” (FIGUEIREDO, 2017, p. 48), embora as estratégias narrativas entre elas variem. No caso de *O corpo interminável*, é utilizado o recurso estético de um narrador que demonstra que o fantasma da ditadura ainda assombra os dias atuais: “o mesmo tempo, as mesmas forças que aniquilaram a minha mãe, que anestesiaram o meu pai, estão aqui, mesma dinâmica de mover o mundo, os mesmos motivos de revolta, de lutas, estão aqui, eu nasci disso [...]” (LAGE, 2019, p. 76). Daniel, por ser um filho da ditadura¹³, ilustra o sofrimento causado pelas ausências

e representa essa ferida aberta no seio do povo brasileiro, incapaz de cicatrizar.

Figueiredo (2017), ao refletir sobre o pensamento de Ettore Finazzi-Agrò, também destaca que somente em uma dimensão ficcional existe a possibilidade de se enxergar os interditos que se encontram nas dobras da história, pois a literatura é a única que possui a capacidade de recriar um ambiente atravessado pelo horror e de evocar as vivências dos afetados. Enquanto os documentos utilizam a objetividade que tende a homogeneizar a História em uma versão fixa, sem fissuras, a literatura, através da subjetividade, “mostra resíduos de experiências fraturadas pela violência do vivido” (FIGUEIREDO, 2017, p. 44), trazendo à tona, assim, vivências até então invisíveis.

A literatura, salientam Roberto Vecchi e Regina Dalcagnè (2014, p. 11), é um espaço único para repensar as memórias que estão em risco, uma vez que é um arquivo capaz de guardar, “de maneira mais incisiva do que a historiografia, a memória ainda dolorida de um tempo áspero e impróprio”. Além disso, ela suscita nos leitores compreensão e emoção, gerando certa identificação, o que torna esses leitores elementos ativos na transmissão das memórias, para que não seja esquecido aquilo que afetou tantas vidas, aponta Figueiredo (2017, p. 46).

13. Na América Latina, especialmente nos países do Cone Sul, a produção literária que trata do tema se destaca nas duas últimas décadas. A “*literatura de los hijos*” (“literatura dos filhos”), termo cunhado pelo autor chileno Alejandro Zambra em sua obra *Formas de volver a casa*, designa uma vertente literária composta por obras escritas pelos filhos da ditadura a partir de uma nova perspectiva, a daqueles que eram crianças ou adolescentes durante os regimes militares. Em sua maioria, essas obras são elaboradas por filhos dos militantes, mas também se enquadra nessa vertente a literatura escrita por aqueles que cresceram em meio ao horror, alheios ao que de fato acontecia e que depois de adultos afiliam-se a essas experiências, como é o caso de Claudia Lage.

Por essas razões, o romance de Claudia Lage se converte em *lentes* para observar e indagar esse passado violento a partir de uma perspectiva múltipla, e não a forma universalizante que tradicionalmente vigora.

A história da ditadura militar brasileira reside na marginalidade. A história das mulheres que militavam na oposição ao regime ditatorial encontra-se na margem desta marginalidade. Logo, é imprescindível a produção de obras que buscam dar visibilidade à luta das mulheres que, além de clamar por democracia, reivindicaram seu direito de agir política e socialmente, desconcertando todo um sistema opressor que insistia em despolitizá-las (insistência que persiste ainda hoje). De fato, toda e qualquer manifestação, seja artística, ficcional ou de caráter testemunhal, que ilumine os 21 anos sombrios do regime militar com o objetivo de declarar “nunca mais”, é essencial – pois os canalhas continuam sorrindo, impunes pelos sorrisos que roubaram, como já declarava Regina Dalcastagnè, no seu livro *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro* (1996, p. 15). É preciso sepultar os sorrisos dos canalhas, sobretudo daqui para frente, visto que, mais uma vez, a democracia brasileira respira por aparelhos e que o apoio à ditadura e seus criminosos tornou-se institucional.

REFERÊNCIAS

- ALEXIEVICH, S. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- COLLING, A. M. Uma Questão de Gênero na Ditadura Militar no Brasil. In: ANDÚJAR, Andrea (Org.). **Historia, género y política en los '70**. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005.
- DALCASTAGNÈ, R. **O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- FEDERICI, S. **O calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FIGUEIREDO, E. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- FRANCO, R. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

LAGE, C. A literatura surge como possibilidade de releitura das nossas memórias. [Entrevista concedida a] Valentine Herold. **Continente**. Santo Amaro, 2021. Disponível em: <[https://revistacontinente.com.br/secoes/entrevista/-a-literatura-surge-como-possibilidade-de-releitura-das-nossas-memorias->](https://revistacontinente.com.br/secoes/entrevista/-a-literatura-surge-como-possibilidade-de-releitura-das-nossas-memorias-). Acesso em: 05 de julho de 2021.

LAGE, C. **O corpo interminável**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MERLINO, T. (Org.). **Direito à memória e à verdade**: luta substantivo feminino. São Paulo: Caros amigos, 2010.

MORTOS e desaparecidos. **Comissão da verdade do Estado de São Paulo: Rubens Paiva**, São Paulo. Disponível em: < <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos> >. Acesso em: 06 de julho de 2021.

OLIVEIRA, E. M. de. **As relações de Gênero entre pais e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência**. Trabalho apresentado no GT Família e Sociedade, ANPOCS – X Encontro Anual, Caxambu, 1996.

TELES, M. A. de A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, pp. 1001-1022, 2015.

UMBACH, R. K. Violência, memórias da repressão e escrita. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio, et al (org.). **Escritas da violência, vol. 1**: o testemunho. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

VECCHI, R.; DALCASTAGNÉ, R. Apresentação. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 43, pp. 11-12, 2014.

Submetido em: 20/04/2022

Aceito em: 27/07/2022